

A construção da Nação Cabo-verdiana: dimensões objetivas e subjetivas

João Paulo Madeira
Universidade de Cabo Verde
joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

Resumo

O presente artigo busca descrever e analisar, numa perspetiva intersubjetiva e interdisciplinar, o processo de construção da Nação cabo-verdiana, considerando que esta antecede o surgimento do Estado, uma vez que é possível verificar a existência de critérios definidores de Nação como a língua, origens históricas comuns e tradições culturais. Tal interpretação sugere que se estabeleça uma interligação com o conceito de cabo-verdianidade, ou seja, da identidade cultural que representa o modo singular deste povo na sua maneira de ser e de estar. Na procura de se descodificar diferentes perspetivas, tenta-se refletir sobre a complexidade do processo histórico que envolve a construção da Nação em Cabo Verde, atendendo às dimensões objetivas, assim como subjetivas.

Palavras-chave: Nação, elementos objetivos e subjetivos, identidade cultural, cabo-verdianidade.

Abstract

This article seeks to describe and analyze, in an intersubjective and interdisciplinary perspective, the process of construction of the Cape-verdean Nation, whereas this predates the emergence of the State, since it is possible to verify the existence of defining criteria of Nation as the language, common historical origins and cultural traditions. Such an interpretation suggests that an interconnection with the concept of cape-verdianity, i.e. the cultural identity that represents the unique mode of this people in their way of being and living. On seeking to decode different perspectives, the objective is trying to reflect on the complexity of the historical process that involves the nation-building in Cape Verde, considering both objective and subjective dimensions.

Keywords: Nation, objective and subjective elements, cultural identity, cape-verdianity.

Notas introdutórias

As temáticas sobre a construção da Nação são complexas e simultaneamente atuais. Em Cabo Verde, as produções académico-científicas têm procurado refletir sobre esta problemática. Deparam-se olhares intersubjetivos e multidisciplinares que procuram compreender a realidade sociocultural cabo-verdiana. No presente trabalho, além de se fazer depender o conceito de Nação de dimensões objetivas como língua, território, religião, costumes e tradições comuns que se impõem aos indivíduos, faz-se depender igualmente de dimensões subjetivas que se encontram ligadas à criação espiritual e se traduzem na ideia da posse comum de um legado histórico que se caracteriza pela vontade de perpetuar o valor da herança que se tenha recebido. No caso de Cabo Verde, as conceções subjetivas operacionalizam-se através do conceito da identidade cultural, o qual se convencionou designar de cabo-verdianidade.

O conceito de Nação, adotado neste artigo, define-se como um sistema de relações sociais que procura convergir conceções objetivas e subjetivas que estruturam, ainda que de forma parcial, uma situação de homogeneidade assente na identidade cultural e na *consciência nacional* (Graça, 2005). Procura-se fundamentar uma *expressão cultural nacional* baseada na convivência, na história, no idioma, nas crenças, nas tradições e nas manifestações artísticas (Lopes Filho, 2003).

Mariano (1959) considera que a identidade cultural cabo-verdiana se formou possivelmente no *funco*, como o folclore poético, musical e novelístico, a culinária, os festejos populares; as superstições, os hábitos e os esquemas de comportamento. O *funco* reflete a ideia

de que os valores sincréticos da cultura cabo-verdiana são mais produtos da africanização da cultura europeia do que o processo inverso, ou seja, estes valores foram mais caldeados pelos negros no *funco* do que pelos brancos nos *sobrados*. O mestiço passa a ser o principal ator do processo de homogeneização sociocultural, numa sociedade em que se verifica uma predominância dos seus símbolos, a título de exemplo, a língua cabo-verdiana que é falada em todas as ilhas, independentemente das classes sociais. O “negro” e o “mulato” apropriaram-se de elementos da civilização europeia e de elementos “afro-negros” que foram, posteriormente, assimilados pelos europeus (Mariano, 1991). Esta convivência permitiu a lealdade para com a terra e a comunhão dos mesmos valores, os quais “sedimentam uma idêntica idiosincrasia e um comum lastro cultural” (Almada, 1997: 28), denominados de cabo-verdianidade e que procuram harmonizar a diversidade de elementos culturais aparentemente conflitantes.

Ideia de Nação e de cabo-verdianidade

Pela sua natureza, a sociedade cabo-verdiana sofreu, de forma paulatina, transformações de várias ordens, tendo diferentes grupos humanos acabado por introduzir no seu território alterações significativas que permitiram formar um novo *modus vivendi*. O “mestiço” como principal ator deste processo, contribuiu para a construção da Nação cabo-verdiana (Carreira, 1977; 1983), ao reivindicar o seu espaço numa sociedade marcada pela acentuada diminuição do número de brancos (Cabral, 2015), o que acabou por despertar uma consciência de si mesmo, não somente

pelo facto de assumir uma identidade cultural própria, mas igualmente porque esta passou a ser discutida a partir do conceito de cabo-verdianidade.

Por causa das diversidades intra e interterritoriais, é difícil precisar o que determina o carácter nacional de um povo. Contudo, é possível apresentar os elementos que permitem identificar e categorizar os indivíduos pertencentes a um mesmo espaço geográfico e cultural. Este sentido de pertença pode traduzir-se, por exemplo, em Angola na ideia de *angolanidade* ou em Moçambique de *moçambicanidade* e em Cabo Verde de *cabo-verdianidade*. Esta porém, apresenta-se como uma noção difícil de ser operacionalizada, uma vez que para os habitantes do arquipélago pode ser substanciada a partir da ideia de *mora-beza*, do facto de *ser ilhéu*, *ser crioulo* e por possuir uma identidade própria capaz de os diferenciar de tudo e de todos (Almada, 1992).

Este conceito dá corpo ao que se pode designar como *sentimento nacional* que permitiu ao longo do tempo afirmar uma nova cultura que engloba um conjunto de manifestações, em particular a língua materna (crioulo) e a literatura que representam a Nação. O *crioulo* tende, cada vez mais, a afirmar-se como uma forma de expressão literária que tem o seu domínio na transmissão de sentimentos poéticos, no diálogo do homem consigo próprio, cuja forma não perdeu ou não deixou de ganhar o seu sentido universal (Moreira, 1962). Esta forma subjetiva de expressão constituiu o espaço cultural onde os cabo-verdianos puderam expressar sentimentos e emoções sobre determinadas vivências, factos ou acontecimentos históricos. Não é possível fazer uma *leitura das ilhas* sem passar pela literatura que ficou

particularmente marcada por muitos exílios, dentro das ilhas, no espaço e nos países da emigração (Silva, 2006).

As intervenções políticas e sociais de várias *gerações culturais* tinham como suporte a literatura que contribuiu efetivamente para a consolidação de um *sentimento nacional* que assume uma outra configuração, dado que Cabo Verde passa a usufruir de um novo estatuto, nomeadamente o de um Estado independente que passou a ser “tratado como um membro da família das nações soberanas” (Graça, 2007: 42).

Singularidade do processo de construção da Nação em Cabo Verde

O povo cabo-verdiano é o resultado da convergência entre os diferentes contingentes populacionais, nomeadamente europeus e africanos, que participaram no processo de povoamento e que possibilitaram o surgimento de uma cultura, de uma língua e, igualmente, de um conjunto de manifestações culturais. A *consciência nacional*, ainda que de forma incipiente, surge a partir de um processo resultante de uma experiência histórica que se iniciou com o povoamento do arquipélago, graças à Carta de Limitação de Privilégios na segunda metade do século XV, sendo possível já em pleno século XIX, discutir-se acerca de uma identidade que se caracteriza sob a forma objetivista e subjetivista de Nação.

Cabo Verde, ainda no período colonial, demarcou-se do sistema político ancorado nas ideias políticas da antiga metrópole que, posteriormente, foi determinante na estruturação do Estado-Nação. Neste contexto, o cabo-verdiano distingue-se pelo forte

sentimento coletivo e por ser portador de valores culturais que emergem desde a sua origem e que conduziram ao processo de autonomização enquanto Estado. Moreira (2011: 34) reconhece que “o processo português teve consagração na emergência da nação antes de qualquer outro Estado europeu o ter conseguido, teve consagração em emergência como as de Cabo Verde e do Brasil”. Neste âmbito, sobressai a ideia de singularidade de Cabo Verde no contexto africano pela conjugação de vários fatores. Trata-se de um vocábulo cuja origem etimológica vem do latim *singularitate* que designa “o facto de ser único” (Machado, 1976: 207). As ilhas de Cabo Verde eram “desertas, verdadeiramente achadas pelos portugueses; tudo aqui foi criação subordinada ao princípio da síntese de culturas, porque longe estavam dos seus meios originários os homens de todas as etnias que vieram fundir no cabo-verdiano português” (Moreira, 1962: 140). O processo de mestiçagem em São Tomé e Príncipe, inicialmente semelhante ao de Cabo Verde, sofreu alterações, sobretudo a partir da segunda década do século XIX pela introdução de uma *elite crioula*, os chamados *filhos da terra*, que foram substituídos pelos europeus na exploração das culturas do cacau e do café.

Cabo Verde foi descoberto em 1460, trinta e dois anos antes de Cristóvão Colombo ter chegado às Antilhas e quarenta anos antes de Pedro Álvares Cabral ter desembarcado no Brasil. Contudo, o povoamento do Brasil foi iniciado em 1531 por D. João III por meio da criação de capitânias. Mais tarde, quase um século depois, é que começa o processo de povoamento nas Antilhas, em 1612 (Bermudas), 1623

(St. Kitts e Barbados), 1635 (Guadalupe e Martinica), 1655 (Jamaica), 1640 a 1680 (Caribe), 1697 (Haiti) e 1672 (Ilhas Virgens). Ademais, as explorações francesas somente tiveram início a partir 1640 e as holandesas após 1642.

Cabo Verde foi encontrado desabitado. Através das diversas fontes documentais, deduz-se que Cabo Verde foi possivelmente, o primeiro *centro de origem* do *crioulo* como povo e língua. Do ponto de vista etimológico, crioulo deriva de criar, que significa “fazer crescer”, um diminutivo de “cria” que era utilizado para designar um afilhado, uma cria ou uma criança (Machado, 1976). Uma das primeiras referências ao *crioulo* é datada de 1606, pelo Padre Baltazar Barreira quando referiu que a “principal sementeira que fazem é o milho zaborro deste comem ordinariamente os crioulos e pretos [...] dá-se bem o trigo se o semear, mas há poucos que o façam por vir muita farinha de fora de que se amassa cada dia o pão que comem os portugueses” (Carreira & Mota, 1986: 17-18). Em 1617, na carta do Padre Sebastião Gomes dirigida ao Padre Geral da Companhia acerca da fundação do Colégio da Ordem na Ribeira Grande refere que “há aqui quatro sortes de gente, scilicet crioulos, que são os naturais da terra, cristãos-novos, clérigos da terra e de Portugal, e alguns cristãos velhos de Portugal, mas muito poucos” (Senna Barcelos, 1899: 210). Para o linguista alemão Jürgen Lang (2001: 228-229), do Departamento de Estudos Românicos, da Universidade de Erlangen-Nürnberg, parece fazer sentido que o *crioulo* tenha nascido em Cabo Verde, considerando que a “crioulização do português deve, portanto, ter começado nas primeiras décadas após a descoberta. Por conseguinte, o

crioulo desta ilha é um dos mais antigos crioulos de base europeia ainda vivo ou talvez até o mais antigo”.

Também sobre este aspeto, não é por acaso que a Cidade da Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, tenha sido a primeira cidade portuguesa na África Subsaariana, que, depois da descoberta do arquipélago, funcionou como escala obrigatória nas viagens transatlânticas. Trata-se de uma cidade que, pela importância do seu porto, representava o comércio de escravos, que inicialmente era efetuado entre os rios da Guiné e os reinos ibéricos e, mais tarde, com o continente americano. A cidade de Ribeira Grande tornou-se num ponto de escala obrigatória e, isso representou uma oportunidade para o enriquecimento dos seus moradores. Em 1495 foi construída nesta cidade, a primeira igreja de culto cristão em África denominada de Nossa Senhora do Rosário. O cabo-verdiano foi sempre cristão e isso teve implicações na forma de se ver a si próprio e ao mundo que o rodeia.

A ideia de Nação em Cabo Verde surge, ao contrário da maioria das nações africanas, séculos antes do Estado independente (Baleno 2001; Fonseca, 2012; Góis, 2006; Lopes, 2001; Pereira, 2011; Silveira, 2005). Trata-se de um processo em que diversos foram os fatores que contribuíram para a formação de uma consciência nacional. A título de exemplo, temos o fenómeno da fuga de escravos para o interior da ilha de Santiago, o surgimento de revoltas populares como as que ocorreram na ilha de Santiago (Engenhos, 1822, Achada Falcão, 1841, Ribeirão Manuel, 1910, e Achada Portal, 1920) e aquelas que tiveram lugar nas ilhas do Barlavento (Paúl, Santo Antão, 1894, e de São Vicente, 1929 e 1934).

A administração portuguesa utilizou os naturais das ilhas na gestão da administração colonial (Fernandes, 2006), tratando-se de “um fenómeno que remonta à institucionalização das primeiras organizações político-administrativas instituídas desde finais do século XVI. Essa pertença acentua-se à medida que, nas ilhas, escasseavam homens do reino, afugentados pelo esgotamento dos mecanismos de reprodução da sociedade escravista” (Barros, 2013: 390). A génese da elite moderna desponta a partir da segunda metade do século XIX em que os naturais passaram a ocupar cargos na administração, visto possuírem maiores níveis de instrução em relação a outros países africanos de expressão portuguesa. No arquipélago, graças à contribuição da igreja católica e da presença do Estado colonial, foi possível instituir num primeiro momento o ensino primário que ocorreu em 1817 com a criação da primeira Escola Primária na Vila da Praia e, mais tarde, com o surgimento das primeiras “aulas” na escola principal de instrução primária em 1848 na ilha da Brava. Porém, a criação do primeiro Liceu Nacional ocorreu em 1861 na cidade da Praia e trouxe uma importância significativa na escolarização da elite intelectual e que foi utilizada como mediadora com a metrópole.

Um outro aspeto importante deve-se, por um lado, ao fato de Cabo Verde nunca ter sido sujeito ao estatuto de indigenato, o que aconteceu em outros países africanos de expressão portuguesa. O diploma legislativo n.º 956, de 4 de Novembro de 1947, declara, no seu preâmbulo, a não aplicabilidade do Estatuto do Indigenato aos naturais de Cabo Verde, considerando que as populações do arquipélago, não estão sujeitas nem à classificação de indígena

nem ao regime de indigenato (Carreira, 1977). Moreira (1964: 194) refere que “o Estado da Índia, Macau e Cabo Verde constituíram sempre exceção à regra”. Cabo Verde foi considerado diferente em relação às outras colónias que tiveram o estatuto do indigenato pelo fato de se encontrar “mais perto” da metrópole e, desde logo, do arquipélago dos Açores e Madeira, designados de “ilhas adjacentes”. Cabo Verde usufruía igualmente, de certo modo, desse estatuto, embora de um modo informal e particularmente no que se refere às elites cabo-verdianas. Por outro lado, a população cabo-verdiana é das mais miscigenadas de entre os países africanos fruto de um povoamento entre dois elementos rácicos diferentes: o europeu e o africano, o que aconteceu há mais de cinco séculos.

Uma outra singularidade diz respeito ao modo como Cabo Verde chegou à independência, pois conseguiu, sob a égide de um projeto de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, lutar pela libertação contra a opressão colonial e a injustiça social. Dos países que fazem parte da Macaronésia, Cabo Verde é o único país independente, e de entre os PALOP, é o único cuja língua materna é o crioulo sendo esta a mais falada.

Apercebendo-se das unidades distintas daquilo que o rodeia, em relação às suas anteriores vivências, o cabo-verdiano foi incorporando a noção da sua singularidade, por oposição às diferentes realidades, sobretudo africana e europeia. Foi-se revendo de forma particular no conjunto das manifestações culturais com expressão na língua, música, gastronomia, casamento, religiosidade, rituais de nascimento e de morte, que acabaram por se repercutir no seu modo de estar, sentir e pensar. Desde muito cedo,

o cabo-verdiano apercebeu-se da sua realidade insular, que se caracteriza pelos mais variados condicionalismos geográficos que, ao nível da sobrevivência, foram difíceis de ultrapassar, o que teve como consequência ter de reformular toda a sua experiência e rever-se a si próprio. Foi a partir dessa descoberta, que o cabo-verdiano, encarou de forma consciente, a sua condição de ilhéu, que resultou na conjugação de especificidades regionais. Apesar de Cabo Verde ser um pequeno Estado arquipelágico em relação ao continente, o certo é que apresenta uma determinada singularidade, expressa na sua origem étnico-cultural, numa matriz religiosa de valores cristãos e num sistema de ensino assente na crença da educação e da cultura como meio de se autonomizar e valorizar.

Considerações finais

Perfilha-se na conceção de que a Nação cabo-verdiana antecede à criação do Estado independente. Esta perspetiva possibilita estabelecer um processo histórico que procura evidenciar diferentes momentos, sobretudo o da consolidação de uma identidade traduzida em distintas manifestações culturais que atendem às mais variadas expressões de tradição local, normas e valores.

O povoamento que se inicia primeiramente na ilha de Santiago, aproximou diferentes povos e culturas oriundos dos continentes africano e europeu. Esta aproximação que se caracteriza por uma contínua miscigenação biológica e cultural, traduziu-se num novo elemento humano e numa cultura que desperta os mais variados interesses antropológicos.

Cabo Verde, fruto de um cruzamento de mais de cinco séculos, é alvo, do ponto de vista das perspetivas teóricas, de debates incessantes que procuram explicar a origem desta Nação, considerada como singular de entre as nações africanas. A população cabo-verdiana é bastante homogénea, na medida em que não existem diferenças significativas entre os habitantes do grupo do

Barlavento e de Sotavento. Embora a mestiçagem tenha contribuído para o enriquecimento do património genético e cultural do homem cabo-verdiano, constata-se que não existe um consenso a respeito do novo tipo de homem que surgiu do cruzamento de povos e culturas de origens diversas, no que se refere à sua pertença à África ou à Europa.

Referências

- Almada, D. H. (1992). *Cabo-verdianidade e Tropicalismo*. Recife: Editora Massungana.
- Almada J. L. H. (1997). Homogeneidade e Heterogeneidade Caboverdianas. *Fragmentos: Revista de Letras, Artes e Cultura*, 11/15, 28-37.
- Baleno, I. C. (2001). Povoamento e formação da sociedade. Em L. de Albuquerque & M. E. M. Santos, (Coords.), *História Geral de Cabo Verde* (pp. 125-177). Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- Barros, C. (2013). Notas sobre o Recrutamento da Elite Político-Administrativa Cabo-verdiana Pós-Independência. Em C. Sarmiento & S. Costa (Coords.), *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde* (pp. 389-411). Coimbra: Almedina.
- Carreira, A. & Mota, T. da (1986). O milho zaburro e o milho maçaroca da Guiné e nas ilhas de Cabo Verde. *Revista de História Económica e Social*, 17, 5-20.
- Carreira, A. (1983). *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro.
- Carreira, A. (1977). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Cabral, I. (2015). *A Primeira Elite Colonial Atlântica: Dos “Homens Honrados Brancos” de Santiago à Nobreza da Terra, Praia, Cabo Verde*: Editora Pedro Cardoso.
- Fernandes, G. (2006). *Em Busca da Nação: Notas para uma Interpretação do Cabo Verde Crioulo*. Praia/Florianópolis: IBNL/UFSC.
- Fonseca, J. C. (2012). Erigir o Futuro do País. *Revista Nós Genti*, 4, 44-59.
- Góis, P. (2006). *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.
- Graça, P. B. (2005). *A Construção da Nação em África*. Coimbra: Almedina.

- Graça, C. Q. L. Da (2007). Cabo Verde: Formação e Dinâmicas Sociais. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais e o Autor.
- Lang, J. (2001). Breve esboço da gramática do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde). Santa Barbara Portuguese, Studies, 5, 228-254.
- Lopes Filho, J. (2003). Introdução à Cultura Cabo-verdiana. Praia, Cabo Verde: Instituto Superior de Educação de Cabo Verde.
- Lopes Filho, J. (1995). Cabo Verde: Retalhos do Quotidiano. Lisboa: Caminho.
- Lopes Filho, J. (1981). Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural. Lisboa, Portugal: Plátano.
- Lopes, J. V. (2001). As origens históricas da reivindicação da Independência. Cultura: Revista de Estudos Caboverdianos, Numero Especial, 9-25.
- Machado, J. P. (1976). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Lisboa: Confluência.
- Mariano, G. (1991). Cultura Caboverdiana: Ensaio. Lisboa: Editora Veja.
- Mariano, G. (1959). Do funco ao sobrado ou o “mundo” que o mulato criou, in Colóquios Cabo-verdianos, Nº 22, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Moreira, A. (1962). Partido Português. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Moreira, A. (2011). A Cidadania entre o cosmopolitismo e o multiculturalismo. Em M. F. Amante (Coord.), Identidade Nacional: Entre o discurso e a prática, (pp. 31-35). Porto: Fronteira do Caos & CEPSE.
- Moreira, A. (1964). Batalha da Esperança. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Pereira, D. A. (2011). Das Relações Históricas Cabo Verde – Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Senna Barcelos, C. J. (1899). Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Sciencias.
- Silva, L. (2006). Os Exílios na Literatura Caboverdiana. Latitudes, Cahiers Lusophones, 27, 23-30.
- Silveira, O. (2005). A Democracia em Cabo Verde. Lisboa: Colibri.